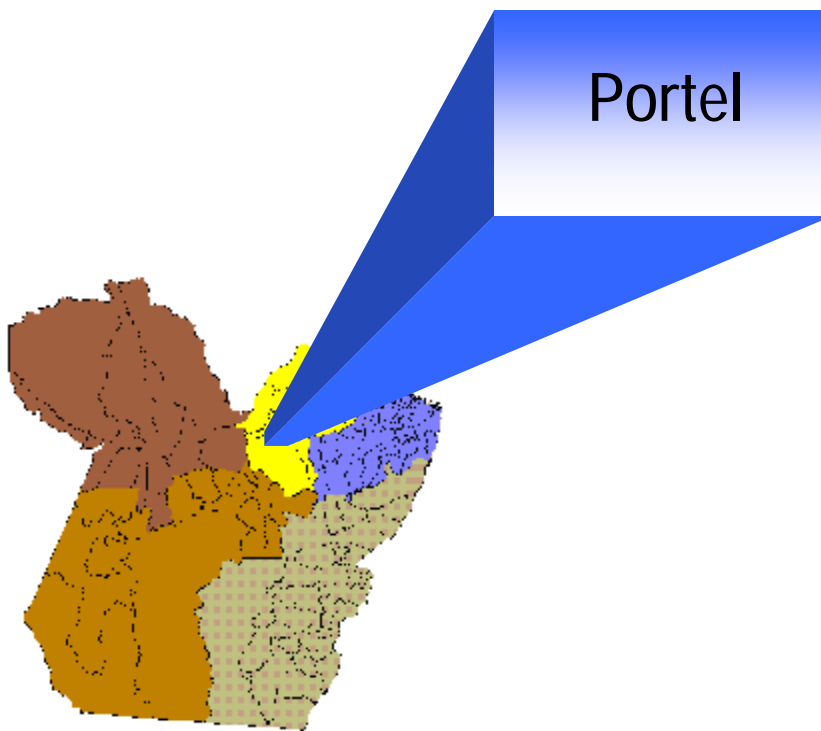




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESPECIAL DE GESTÃO
SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ESTUDOS, PESQUISAS E INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS
GERÊNCIA DE BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS DO ESTADO



ESTATÍSTICA MUNICIPAL



2007

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Ana Júlia de Vasconcelos Carepa

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ
Odair Santos Corrêa

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
FINANÇAS
Carlos Mário Guedes de Guedes

DIRETORIA DE ESTUDOS, PESQUISA E INFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS
Lúcia Cristina de Andrade

GERÊNCIA DE BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS
Geovana Raiol Pires

EQUIPE TÉCNICA

Ádrian Santos Pacheco
Ana do Socorro Lisboa da Silva
Cláudia Gabriel Medeiros
Clayton Douglas Chagas de Oliveira
Edvaldo Fernandes de Souza
Eliana de Souza Amarante
José Augusto dos Santos Lopes
José João Pacheco
Marco Antônio Marques da Silva
Maria Gláucia Pacheco Moreira
Natanael Araújo da Rocha
Selma Jeronima Mesquita Couto
Zilfa Freitas

Estatísticas Municipais: "Indispensáveis para o Planejamento do Desenvolvimento Municipal"

Em um mundo globalizado e caracterizado por mudanças rápidas, a produção e a difusão de informações são processos de extrema relevância. No atual cenário econômico e social, torna-se premente a necessidade de democratizar o acesso às informações estatísticas, condição indispensável para o planejamento, iniciativa privada, pesquisadores, cientistas e para o exercício pleno da cidadania.

Antecedido pelo "Estado do Pará em Números", as "Estatísticas Municipais" é mais um produto do esforço persistente do Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Especial de Estado de Gestão e da Secretaria Executiva de Estado Planejamento Orçamento e Finanças- SEPOF, no sentido da construção do Sistema de informações estatísticas Sócio-econômicas, matéria-prima essencial para a elaboração de políticas públicas.

No CD "Estatísticas Municipais" constam históricos e informações de todos os 143 Municípios do Estado do Pará, nas áreas, cultural, demográfica, saúde, educação, transporte, comunicação, finanças pública, etc., cuja série histórica mais freqüente é 1996 - 2004. E estará sendo constantemente atualizada e disponibilizada na internet.

A diversificação das variáveis apresentadas permite aos usuários das informações estatísticas construir suas próprias análises, projeções e cenários.

Esta iniciativa condiz com a necessidade de dados consistentes para a definição do planejamento, com foco na promoção do desenvolvimento Municipal. É a partir de dados estatísticos, que torna-se possível ao planejamento a elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas mais adequadas a realidade de cada município. Também, proporciona a formulação de políticas de apoio, incentivo e tomada de decisão do setor privado, possibilitando ao Estado atuar como animador do processo de desenvolvimento.

Em decorrência de sua complexidade e abrangência, colaboraram a quase totalidades das instituições integrantes do Governo Estadual, além de órgãos das esferas Federal e Municipal, e a iniciativa Privada, os quais agradecemos suas contribuições, que representam as fontes de dados primários para a produção estatística.

Com as "Estatísticas Municipais", o Governo do Estado do Pará, por meio da Secretaria Executiva de Planejamento Orçamento e Finanças - SEPOF, vinculada a Secretaria Especial de Estado de Gestão, cumpre mais uma etapa na geração do Sistema de Produção de Informações Estatística do Estado do Pará, contribuindo para a promoção do desenvolvimento estadual, e conseqüentemente, colaborando para a redução dos desequilíbrios intermunicipais..

Lúcia Cristina de Andrade

Diretora de Estudos, Pesquisas e Informações Sócio-Econômicas

SUMÁRIO

1	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS.....	6
1.1	HISTÓRICO	6
1.2	CULTURA	6
2	ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS.....	7
2.1	LOCALIZAÇÃO	7
2.2	LIMITES	7
2.3	SOLOS.....	7
2.4	VEGETAÇÃO	7
2.5	PATRIMÔNIO NATURAL.....	7
2.6	TOPOGRAFIA.....	7
2.7	GEOLOGIA E RELEVO	7
2.8	HIDROGRAFIA	7
2.9	CLIMA	8
3	DADOS ESTATÍSTICOS.....	9
3.1	DEMOGRAFIA	9
3.2	SAÚDE.....	14
3.3	EDUCAÇÃO	17
3.4	EMPREGO.....	22
3.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	23
3.6	POLÍTICO ELEITORAL	23
3.7	ENERGIA ELÉTRICA.....	24
3.8	ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	26
3.9	COMUNICAÇÃO	27
3.10	TRANSPORTE	28
3.11	PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL	30
3.12	AGRICULTURA.....	31
3.13	PECUÁRIA.....	33
3.14	EXTRATIVISMO VEGETAL	34
3.15	EXTRAÇÃO MINERAL.....	35
3.16	ESTABELECIMENTOS	35
3.17	FINANÇAS PÚBLICAS.....	36
3.18	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS.....	37
	NOTA TÉCNICA.....	38
	GLOSSÁRIO	39

Tabelas

3.1	DEMOGRAFIA	9
3.1.1	População, Área e Densidade Demográfica 1980/91/96-07	9
3.1.2	População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1980/91/96-07.....	9
3.1.3	População por Sexo 1980/91/96-07	10
3.1.4	Indicadores Demográficos 1980/91/96/00.....	10
3.1.5	Habitantes por Unidades Domiciliares 1996 / 00	10
3.1.6	Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 1991 / 2000	10
3.1.7	População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000.....	11
3.1.8	Indicadores de População de 10 ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000	12
3.1.9	Distribuição da POC Por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo (1) 2000.....	12
3.1.10	Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000	12
3.1.11	Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000.....	13
3.1.12	Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham Menos de 10 Anos, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000.....	13
3.2	SAÚDE	14
3.2.1	Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 1999-2003.....	14
3.2.2	Leitos por Habitantes 1999-2003	14
3.2.3	Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 1999 - 2003.....	14
3.2.4	Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 1996-2002.....	14
3.2.5	Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 1996-2002	15
3.2.6	Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 1996-2002	15
3.2.7	Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 1996-2002	15
3.2.8	Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 1996-2002	16
3.2.9	Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 1996-02.....	16
3.2.10	Morbidade Hospitalar do SUS 1995-03.....	16
3.2.11	Óbitos / Residência por Causas Evitáveis 1995-00	17
3.3	EDUCAÇÃO	17
3.3.1	Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05	17
3.3.2	Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05	18
3.3.3	Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05.....	18
3.3.4	Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-06.....	19
3.3.5	Funções Docentes por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-05.....	20
3.3.6	Alunos Aprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	20
3.3.7	Alunos Reprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02	21
3.3.8	Alunos Evadidos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02.....	21
3.4	EMPREGO	22
3.4.1	Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2003	22
3.4.2	Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 1999-2003.....	22
3.5	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	23
3.5.1	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000.....	23
3.6	POLÍTICO ELEITORAL	23
3.6.1	Eleitores e Seção Eleitoral 1996/98/00/02/04/06	23
3.6.2	Eleitores por Sexo 1996/98/00/02	23
3.7	ENERGIA ELÉTRICA	24
3.7.1	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 1995-03	24
3.7.2	Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-06.....	25
3.8	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	26
3.8.1	Consumidores e Consumo de Água por Classe 1995-05	26
3.9	COMUNICAÇÃO	27
3.9.1	Terminais Instalados e Postos de Serviços 1995-02	27
3.9.2	Emissoras de Rádio, Televisão e Repetidoras 1995-02	27
3.9.3	Agências e Postos dos Correios 1997 - 02	27
3.9.4	Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 1999-00	27
3.9.5	Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 2002.....	28
3.10	TRANSPORTE	28
3.10.1	Veículos por Tipo 1995-05	28
3.10.2	Veículos Licenciados e Não Licenciados 1995-05.....	28
3.10.3	Carteiras de Habilitação Expedidas 1995-05	29

3.11	PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL.....	30
3.11.1	Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 1997-2004 (R\$ Mil).....	30
3.11.2	Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 1997-2004 (R\$ Mil).....	30
3.11.3	Produto Interno Bruto Per Capita a Preço de Mercado Corrente - 1997-2004.....	30
3.12	AGRICULTURA.....	31
3.12.1	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1994-96.....	31
3.12.2	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1997-00.....	31
3.12.3	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2001-2002.....	31
3.12.4	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2003-2005.....	31
3.12.5	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1994-96.....	31
3.12.6	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1997-00.....	32
3.12.7	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2001-2002.....	32
3.12.8	Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-2005.....	32
3.13	PECUÁRIA.....	33
3.13.1	Principais Rebanhos Existentes 1994-00.....	33
3.13.2	Principais Rebanhos Existentes 2001-2005.....	33
3.13.3	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1994-96.....	33
3.13.4	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-00.....	33
3.13.5	Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2001-05.....	33
3.14	EXTRATIVISMO VEGETAL.....	34
3.14.1	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1994-96.....	34
3.14.2	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-00.....	34
3.14.3	Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2001-2005.....	34
3.15	EXTRAÇÃO MINERAL.....	35
3.15.1	Reservas Minerais (1) 1996-1999.....	35
3.15.2	Distribuição das Ocorrências de Gemas e Rochas Ornamentais 1996-1999.....	35
3.16	ESTABELECIMENTOS.....	35
3.16.1	Estabelecimentos, por Setor Econômico 2001.....	35
3.17	FINANÇAS PÚBLICAS.....	36
3.17.1	Receitas Municipais 1998-01 R\$1,00 (Valores Nominais).....	36
3.17.2	Receitas Municipais 2002-05 R\$1,00 (Valores Nominais).....	36
3.17.3	Transferências Constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF e IPVA 1995-06 (R\$ 1,00).....	36
3.17.4	Arrecadação Federal 1995-06 (R\$ 1,00).....	37
3.18	INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS.....	37
3.18.1	Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2005 (R\$ 1,00).....	37

1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

1.1 HISTÓRICO

No local onde está localizado o município de Portel, existia primitivamente, uma aldeia de índios, que em 1653, foi reorganizada pelo padre Antonio Vieira, ao introduzir os índios Nheengaíbas, trazidos da ilha de Marajó, ficando sob a direção dos padres da Companhia de Jesus, com a denominação de Aricuru (ou Arucurá), até a expulsão dos jesuítas, época em que já era freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Luz.

Em 1758, o governador e capitão-geral Francisco Xavier de Mendonça Furtado elevou-a à categoria de Vila, mudou-lhe o nome para Portel, denominação portuguesa que significa "Porto Pequeno", e instalado pessoalmente o Município, em 24 de janeiro do mesmo ano.

No ano de 1833, o município de Portel perdeu o título de Vila, ficando seu território anexado ao município de Melgaço até 1843, quando a Lei nº 110, de 25 de setembro, restaurou-lhe a categoria de Vila, sendo reinstalado o Município, em 7 de janeiro de 1845. Nessa ocasião, o território de Melgaço também era formado por áreas hoje pertencentes ao município de Breves.

A Câmara composta de quatro vereadores, legislou até 1848. Estes, muito fizeram pelo atual patrimônio territorial, que o requereram em 1870 e foi concedida, a sua expansão, pelo governo Imperial em 1880.

O Decreto nº 6, de 4 de novembro de 1930, omitiu Portel da relação dos municípios, entretanto, citou-o em um dos seus artigos como tendo sido acrescido do território do então extinto município de Bagre.

Já no Decreto nº 72, de 27 de dezembro de 1930, foi confirmada a existência do Município, sendo incluído seu nome na relação dos Municípios e incorporado ao seu território o então extinto município de Melgaço.

Com o Decreto nº 399, de 26 de junho de 1931, Portel sofreu outra alteração, pois foi anexado ao município de Breves. Restabelecido posteriormente como território desmembrado do município de Breves, figura no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, constituído apenas do distrito-sede.

A lei nº 8, de 31 de outubro de 1935, enumerou todos os Municípios do Pará, entre eles o de Portel e pela mesma Lei Bagre voltou a pertencer a Portel, apresentando-se como um de seus distritos.

Pela divisão territorial de 31 de dezembro de 1936, do Instituto Nacional de Estatística, Portel é citado na relação dos Municípios, constituído de seis distritos: Portel, Bom Sucesso, Santa Helena, Bagre, Oeiras e Jacundá.

Já em 31 de março de 1938, com o Decreto-Lei nº 2.972, o município de Portel compunha-se apenas de três distritos: Portel, Bagre e Oeiras.

Em 31 de outubro de 1938, através do Decreto-Lei nº 3.131, que fixou a divisão territorial do Estado, Portel perdeu para o município de Oeiras o distrito de Bagre. Oeiras passou a ser Município autônomo. Portanto, nessa divisão, deveria compor-se somente do distrito-sede, apresentando-se, no entanto, com 2 distritos: Portel e Melgaço.

Várias condições foram feitas com Portel, até que, conforme o Decreto-Lei nº 4.505, de 30 de dezembro de 1943, que estabeleceu a divisão territorial do Estado, para o período de 1944 a 1948, o município de Portel permaneceu composto do distrito-sede e do distrito de Melgaço. Este restabeleceu sua autonomia através de Lei nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961.

Em 10 de maio de 1988, com a Lei nº 5.447, Portel teve sua área desmembrada, para ser criado o município de Pacajá. atualmente, o Município é composto somente do distrito-sede.

1.2 CULTURA

No município de Portel, acontecem inúmeras manifestações religiosas. A de maior expressão popular, no entanto, é a festa da padroeira Nossa Senhora da Luz, cuja procissão ocorre no dia 2 de fevereiro. Bois-bumbá, quadrilhas e o carimbó constituem as principais manifestações de cultura popular de Portel.

O artesanato é constituído, basicamente, de peças confeccionadas em tala e argila. Os produtos mais destacados são os pães, os vasos e os alguidares.

Em Portel, não há informações de qualquer monumento histórico que possa registrar a memória e a cultura local. Uma Biblioteca municipal é o único equipamento cultural de que a cidade dispõe.

2 ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS

2.1 LOCALIZAÇÃO

O município de Portel pertence à mesorregião Marajó e à microrregião Portel.

A sede Municipal, tem as seguintes coordenadas geográficas: 01° 55' 45" de latitude Sul e 50° 49' 15" de longitude a Oeste de Greenwich.

2.2 LIMITES

Ao Norte - Município de Melgaço

Ao Sul - Município de Pacajá

A Leste - Municípios de Bagre e Baião

A Oeste - Municípios de Senador José Porfírio e Porto de Moz

2.3 SOLOS

Predominam, no município, as seguintes classes de solos: Latossolo amarelo distrófico textura média, Areias Quartzosas distrófica, relevo plano e suave ondulado; Plintossolo álico textura média, Gley Pouco Húmico distrófico textura indiscriminada, relevo plano; Latossolo Amarelo distrófico textura argilosa e Solos Concrecionários Lateríticos Indiscriminados distróficos textura indiscriminada, relevo plano e suave ondulado.

2.4 VEGETAÇÃO

O domínio vegetal no município de Portel é Floresta Densa dos terraços e baixos platôs. ao longo dos cursos d'água, é notada a presença da Floresta aberta Mista (Cocal) em extensões de até 1,5 Km a cada lado do rio.

A norte do Município, ao longo do rio Anapu (margem direita) encontram-se Campos Gramíneos úmidos, em depressões assoreadas de Sedimentos Arenosos.

a presença da Vegetação Secundária é pouco expressiva.

2.5 PATRIMÔNIO NATURAL

A alteração da cobertura vegetal natural, em imagens de LANDSAT-TM, do ano de 1986, era de 4,96%. Os acidentes geográficos, ecologicamente mais relevantes, são: os rios Pacajá, Anapu e Camairaripi e as baías de Melgaço, Portel, Pacajá e Caxiuanã. Apresenta várias cachoeiras, entre elas a Grande do Pacajá, Pimenta, Piranha, Piracuquara, Pilão grande do Tueré e Comprida. Divide com o município de Melgaço a Floresta nacional do Caxiuanã, com área de 200.000 ha (2.000 Km²), dentro da qual o Museu Paraense Emílio Goeldi pretende implantar uma Estação ecológica. Com o objetivo de racionalizar a exploração do potencial madeireiro, é vital a criação da Floresta Estadual de Caxiuanã, em função de sua baixa influência antrópica, boa topografia e condições de transporte.

2.6 TOPOGRAFIA

Como em quase toda a totalidade dos Municípios desta mesorregião, a cidade de Portel apresenta uma baixa altitude, variando entre 3 a 4 metros, não havendo modificações significativas para o "Interland" deste Município.

2.7 GEOLOGIA E RELEVO

A estrutura geológica do município de Portel é em quase sua totalidade, formada por sedimentos cenozóicos, englobando litotipos da Formação Barreiras, de idade Terciária (arenitos, siltios e argelitos caulínicos, com lentes de conglomerados); e sedimentos inconsolidados (areias, siltos e argilas) de idade quaternária.

Somente em uma pequena porção ao sul de seu território, estão expostas rochas de idade pré-cambrianas, pertencentes ao Complexo Xingu (granitos, granodioritos, dioritos, migmatitos, granulitos ácidos e básicos, quartzitos, xistos e gnaíses), que constituem as cachoeiras dos altos cursos dos rios Pacajá e Anapú.

2.8 HIDROGRAFIA

Neste Município, aparecem três grandes rios que drenam toda a área: rio Anapú, rio Pacajá e o rio Camairaripi e se

deslocam no sentido sul-noroeste. O rio Anapú deságua na Baía de Pracuí a Baía de Caxianã e os principais afluentes são: Pela margem direita: rios Marinaú, Tueré e os igarapés: Itatira, Merapiranga, Janal Grande, Umarizal, Marapuá, Atua e Majuá e, pela margem esquerda; rio Pracuruzinho, rio Curió e rio Pracupi, os igarapés Carumbé, Itatinguinho, Itatingão, Poção, Jacitara, Cooajá e Tapacú.

O rio Pacajá joga suas águas na baía de Portel, que passa em frente à sede do Município, logo após encontrar com o rio Camairaripi. Os seus principais afluentes são: pela margem esquerda: rios Urianã, Aratari, Mandaquari, Guajará e os igarapés: Damiana, Capoeirão, Grande, Pajé, Limão e pela margem direita: rio Jacar-Parú Grande, rio Jacaré Paruzinho e igarapés: Vinte e Nove, Angelim, Do Ouro, Pereira, Ana, Tucumanpijó, Mineiro, Candirí, Maratuba, Cajú e Araú.

O rio Camaraipi é a terceira drenagem do Município, porém de grande destaque, porque deságua na baía de Portel, em frente à sede municipal. Seus principais afluentes pela margem direita são: rio Banã, rio Pirico e os igarapés Esmeralda, Macaco, Açaituba, Meratuba, Grande e Cariatuba. Pela margem esquerda, encontramos rio Pitinga, rio Acangatá, rio Paca, rio Ajará e os igarapés Taquera, Tamaquerinha, Tanquera, Arumã e Otá.

Apresenta outros rios menores, como o Acutí-Pereira e seu afluente o igarapé Laranjal. O rio Jaguarajó faz limite a leste com o Município de Bagre.

2.9 CLIMA

Segundo "Köppen", na sua classificação este município pertence ao grupo AF, sendo um clima tropical úmido, com a precipitação de 350 mm, no mês de abril é rebaixado até 60 mm, no mês de outubro. O trimestre mais chuvoso é fevereiro, março e abril, enquanto nos meses de agosto, setembro e outubro aparece como o período mais seco (índice pluviométrico anual é 2.200mm). A frequência média anual de precipitação é de 21° C, sendo que a temperatura mínima chega a 21° C e a máxima não passa de 90% em abril e 80% em outubro, e a insolação média atinge 2.200 horas por ano.

3 DADOS ESTATÍSTICOS

3.1 DEMOGRAFIA

3.1.1 População, Área e Densidade Demográfica 1980/91/96-07

Anos	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
1980	43.158	42.966,00	1,00
1991	29.452	24.994,27	1,18
1996	34.103	25.498,10	1,34
1997 ⁽¹⁾	35.290	25.498,10	1,38
1998 ⁽¹⁾	36.290	25.498,10	1,42
1999 ⁽¹⁾	37.291	25.498,10	1,46
2000	38.043	25.385,10	1,49
2001 ⁽¹⁾	39.018	25.385,10	1,54
2002 ⁽¹⁾	39.851	25.385,10	1,57
2003 ⁽¹⁾	40.690	25.385,10	1,60
2004 ⁽¹⁾	42.593	25.385,10	1,68
2005 ⁽¹⁾	43.425	25.385,10	1,71
2006	44.393	25.385,10	1,75
2007 ⁽¹⁾	45.355	25.385,10	1,79

Fonte: IBGE

Elaboração : SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) População Estimada.

3.1.2 População Segundo Situação da Unidade Domiciliar 1980/91/96-07

Anos	Urbana	Rural
1980	7.581	35.577
1991	11.852	17.600
1996	14.097	20.006
1997 ⁽¹⁾	14.588	20.702
1998 ⁽¹⁾	15.001	21.289
1999 ⁽¹⁾	15.415	21.876
2000 ⁽²⁾	17.769	21.249
2001 ⁽¹⁾	17.769	21.249
2002 ⁽¹⁾	18.148	21.703
2003 ⁽¹⁾	18.530	22.160
2004 ⁽¹⁾	19.397	23.196
2005 ⁽¹⁾	19.776	23.649
2006	20.217	24.176
2007 ⁽¹⁾	20.655	24.700

Fonte: IBGE

Elaboração e Cálculo : SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) População Estimada; (2) No Censo 2000 o IBGE seguiu critérios próprios para definir área urbana e rural.

3.1.3 População por Sexo 1980/91/96-07

Anos	Masculino	Feminino
1980	22.849	20.309
1991	15.096	14.356
1996	17.734	16.369
1997 ⁽¹⁾	18.351	16.939
1998 ⁽¹⁾	18.871	17.419
1999 ⁽¹⁾	19.392	17.899
2000 ⁽²⁾	19.803	18.240
2001 ⁽¹⁾	20.311	18.707
2002 ⁽¹⁾	20.744	19.107
2003 ⁽¹⁾	21.181	19.509
2004 ⁽¹⁾	22.171	20.422
2005 ⁽¹⁾	22.605	20.820
2006	23.108	21.285
2007 ⁽¹⁾	23.609	21.746

Fonte: IBGE
 Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE
 (1) População Estimada.

3.1.4 Indicadores Demográficos 1980/91/96/00

Indicadores	1980	1991	1996	2000
Razão de Sexo	112,51	105,15	108,34	108,57
Taxa de Urbanização	17,57	40,24	41,34	45,54
Razão de Dependência	107,48	117,13	111,54	...
Índice de Envelhecimento	3,66	6,14	6,43	...
Taxa de Incremento Geométrica	...	-3,41	2,98	2,77

Fonte: IBGE
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.5 Habitantes por Unidades Domiciliares 1996 / 00

Anos	População (Hab.)	Unidades Domiciliares	Habitantes / Unidades Domiciliares
1996	34.103	5.974	5,71
2000	38.043	6.561	5,80

Fonte: IBGE
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.6 Domicílios Particulares Permanentes, por Alguns Serviços e Bens Duráveis Existentes nos Domicílios 1991 / 2000

Serviços / Bens Duráveis	1991		2000	
	Nº de Domicílios	%	Nº de Domicílios	%
Total de Domicílios			6.561	-
Coleta de Lixo	214	4,24	1.653	25,19
Iluminação Elétrica	1.641	31,49	3.422	52,16
Linha Telefônica Instalada	43	0,83	474	7,22
Forno Microondas	-	-	48	0,73
Geladeira ou Freezer	1.114	21,38	2.285	34,83
Máquina de Lavar Roupas	18	0,35	602	9,18
Aparelho de Ar Condicionado	-	-	167	2,55
Rádio	1.948	37,38	3.468	52,86
Televisão	1.219	23,39	2.799	42,66
Videocassete	-	-	387	5,90
Microcomputador	-	-	81	1,23
Automóvel Uso Particular	38	0,73	93	1,42

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.7 População Residente, Segundo Algumas Características 1991/2000

Características	1991		2000	
	População	%	População	%
Cor ou Raça				
Branca	8.527	28,95	8.804	23,14
Preta	1.593	5,41	2.834	7,45
Amarela	36	0,12	83	0,22
Parda	19.096	64,84	25.681	67,51
Indígena	-	-	138	0,36
Sem Declaração	-	-	501	1,32
Religião ⁽¹⁾				
Católica apostólica romana	25.413	86,29	25.838	67,92
Evangélicas	3.874	13,15	10.233	26,90
Espírita	-	-	-	-
Umbanda e Candomblé	-	-	-	-
Judaica	-	-	-	-
Religiões Orientais	-	-	-	-
Outras Religiões	-	-	256	0,67
Sem Religião	84	0,29	1.661	4,37
Não Determinadas	48	0,16	-	-
Estado Civil				
Casado(a)	1.272	6,70	3.572	14,39
Desquitado(a) ou separado(a) judicialmente	12	0,06	12	0,05
Divorciado(a)	-	-	19	0,08
Viúvo(a)	506	2,67	629	2,53
Solteiro(a)	8.767	46,20	20.583	82,95
Anos de Estudos⁽²⁾				
Sem Instrução e menos de 1 ano	12.524	66,00	11.407	45,97
1 a 3 anos	3.609	19,02	7.311	29,46
4 a 7 anos	2.224	11,83	4.052	16,33
8 a 10 anos	380	2,00	1.148	4,63
11 a 14 anos	177	0,93	456	1,84
15 anos ou mais	41	0,22	33	0,13
Não determinados	-	-	408	1,64
Tipo de Deficiência ^(3 e 4)				
Pelo menos uma das deficiências enumeradas	-	-	6.591	17,33
Deficiência mental permanente	-	-	513	1,35
Deficiência Física	-	-	470	1,24
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente.	-	-	301	64,04
Falta de membro ou de parte dele ⁽⁵⁾	-	-	169	35,96
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar.	-	-	5.223	13,73
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	-	-	1.521	4,00
Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	-	-	2.097	5,51
Nenhuma destas deficiências ⁽⁶⁾	-	-	30.937	81,32

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de religião; (2) Considerou-se a população de 10 anos ou mais; (3) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez; (4) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências; (5) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar e (6) Inclusive a população sem qualquer deficiência.

3.1.8 Indicadores de População de 10 ou Mais de Idade, Economicamente Ativa e Ocupada 1991/2000

Indicadores	1991	2000
População Residente de 10 anos ou mais	18.975	24.815
População Economicamente Ativa – PEA	8.887	14.959
População Ocupada – POC	7.954	13.568
Taxa de Atividade	46,84	60,28
Taxa de Desocupação	10,50	9,30

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.9 Distribuição da POC Por Classe de Rendimento Nominal Mensal de Todos os Trabalhos em Salário Mínimo (1) 2000

Classe de Rendimentos	POC	%
Total da POC	13.568	-
Até 1	3.998	29,47
Mais de 1 a 2	2.859	21,07
Mais de 2 a 3	651	4,80
Mais de 3 a 5	587	4,33
Mais de 5 a 10	249	1,84
Mais de 10 a 20	147	1,08
Mais de 20	71	0,52
Sem rendimento ⁽²⁾	5.005	36,89

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Salário mínimo utilizado: R\$ 151,00;

(2) Inclusive as pessoas que receberam somente em benefício

3.1.10 Distribuição da POC por Posição na Ocupação e a Categoria no Trabalho Principal 1991/2000

Posição na Ocupação no Trabalho	1991		2000	
	POC	%	POC	%
Total POC			13.568	-
Empregados	2.722	34,22	4.956	36,53
Com carteira de trabalho assinada ⁽¹⁾	-	-	1.013	20,44
Militares e funcionários públicos estatutários	-	-	1.126	22,72
Outros sem carteira de trabalho assinada ⁽²⁾	-	-	2.817	56,84
Empregadores	105	1,32	88	0,65
Conta própria	4.433	55,73	3.706	27,31
Não remunerados em ajuda a membro do domicílio	693	8,71	2.716	20,02
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	-	-	2.102	15,49

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/ 2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Inclusive os trabalhadores domésticos;

(2) Inclusive os aprendizes ou estagiários sem remuneração.

3.1.11 Pessoas de 10 Anos ou Mais de Idade, Ocupadas na Semana de Referência, por Seção de Atividade do Trabalho Principal 1991/2000.

Seção	1991		2000	
	Pop. de 10 anos ou mais	%	Pop. de 10 anos ou mais	%
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração florestal e pesca	4.788	60,20	5.952	43,87
Indústria extrativa, indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água.	996	12,52	3.626	26,72
Construção	41	0,52	200	1,47
Comércio reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos.	-	-	827	6,10
Alojamento e alimentação	-	-	432	3,18
Transporte, armazenagem e comunicação.	103	1,29	418	3,08
Intermediação financeira e atividade imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas.	-	-	84	0,62
Administração pública, defesa e seguridade social.	231	2,90	461	3,40
Educação	-	-	797	5,87
Saúde e serviços sociais.	-	-	156	1,15
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.	-	-	132	0,97
Serviços domésticos.	-	-	434	3,20
Organismos internacionais e outras instituições extraterritorial.	-	-	-	-
Atividades mal definidas	-	-	50	0,37

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2000.

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.1.12 Pessoas não Naturais da Unidade da Federação que Tinham Menos de 10 Anos, Ininterruptos de Residência na Unidade da Federação 2000

Tempo Ininterruptos na Unidade da Federação	Pop. Não Naturais	%
Total de Pessoas não Naturais	276	-
Menos de 1 ano	-	-
1 a 2 anos	76	27,54
3 a 5 anos	115	41,67
6 a 9 anos	86	31,16

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.2 SAÚDE

3.2.1 Unidades Ambulatoriais Cadastradas no SIASUS 1999-2003

Estabelecimentos	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Posto de Saúde	8	8	6	6	5
Unidade Mista	1	2	1	2	2
Unidade de Saúde da Família	-	-	3	3	4
Unidade de Vigilância Sanitária	1	1	1	1	1
TOTAL	10	11	11	12	12

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em Dez/2004

¹ posição JUL/2003

3.2.2 Leitos por Habitantes 1999-2003

Leitos	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
Número de Leitos	20	40	20	20	20
Leitos/ Mil Habitantes	0,54	1,05	0,51	0,50	0,49

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em Dez/2004

¹ posição JUL/2003

3.2.3 Hospitais e Leitos Segundo Algumas Características 1999 - 2003

Hospitais	Hospitais					Leitos				
	1999	2000	2001	2002	2003 ¹	1999	2000	2001	2002	2003 ⁽¹⁾
POR NATUREZA										
Contratado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	1	1	-	-	-	20	20	-	-	-
Municipal	-	1	1	1	1	-	20	20	20	20
Filantrópico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Filantrópico Isento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universit./Pesq.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POR REGIME										
Público	1	2	1	1	1	20	40	20	20	20
Privado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universitário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em Dez/2004

¹ posição JUL/2003

3.2.4 Nascimento por Residência da Mãe, Segundo Sexo 1996-2002

Sexo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	280	279	350	397	464	453	515
Feminino	281	291	352	358	452	403	432

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.5 Natalidade por Residência da Mãe, Segundo Peso ao Nascer 1996-2002

Peso	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Menos de 500g	-	-	-	-	-	-	-
500 a 999g	1	-	1	-	-	-	3
1.000 a 1.499g	1	4	2	2	-	-	-
1.500 a 2.499g	29	24	26	47	39	33	39
2.500 a 2.999g	74	81	108	118	150	129	122
3.000 a 3.999g	380	384	512	517	623	592	667
4.000 e mais	75	82	55	72	103	102	116
Ignorado	4	1	-	1	1	-	-
TOTAL	564	576	704	757	916	856	947

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.6 Nascimento por Faixa Etária e Residência da Mãe 1996-2002

Faixa Etária da Mãe	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
10 a 14 anos	15	11	5	19	16	11	19
15 a 19 anos	186	178	187	223	271	258	269
20 a 24 anos	148	181	237	234	294	287	305
25 a 29 anos	98	80	123	148	171	165	192
30 a 34 anos	49	49	51	61	89	69	88
35 a 39 anos	29	41	59	47	51	41	50
40 a 44 anos	26	15	16	17	21	22	23
45 a 49 anos	4	4	11	4	3	3	1
50 a 54 anos	-	-	-	-	-	-	-
55 a 59 anos	1	-	-	-	-	-	-
Idade Ignorada	8	17	15	4	-	-	-
TOTAL	564	576	704	757	916	856	947

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.7 Óbitos por Residência, Segundo o Sexo 1996-2002

Sexo	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Masculino	48	47	58	45	45	51	48
Feminino	37	41	24	38	39	40	34
ignorado	-	-	-	1	-	-	-
TOTAL	85	88	82	84	84	91	82

Fonte: DATASUS/MS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.8 Óbitos por Residência, Segundo Faixa Etária 1996-2002

Faixa Etária da Mãe	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Menor de 1 ano	12	12	10	14	9	17	16
1 a 4 anos	8	7	6	3	5	2	7
5 a 9 anos	-	1	2	4	-	3	2
10 a 14 anos	1	1	1	1	2	1	2
15 a 19 anos	4	5	4	2	4	1	5
20 a 29 anos	7	4	8	9	4	10	4
30 a 39 anos	4	4	10	4	5	8	5
40 a 49 anos	3	3	2	3	11	4	6
50 a 59 anos	4	3	4	9	7	8	8
60 a 69 anos	9	10	6	8	11	10	5
70 a 79 anos	9	16	8	9	4	8	9
80 anos e mais	24	22	21	16	22	19	13
Ignorada	-	-	-	2	-	-	-
TOTAL	85	88	82	84	84	91	82

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.9 Mortalidade Geral Segundo Principais Causas 1996-02

Causas	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sistema Nervoso	2	-	1	-	-	-	1
Aparelho Circulatório	6	6	6	7	3	17	11
Aparelho Respiratório	2	5	5	9	6	2	9
Aparelho Digestivo	3	1	3	2	2	3	3
Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	8	7	5	5	4	4	3
Gravidez, Parto e Puerpério	-	1	1	3	-	-	1
Aparelho Geniturinário	-	-	1	-	2	1	1

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em DEZ/2004

3.2.10 Morbidade Hospitalar do SUS 1995-03

Anos	Internações
1995	464
1996	629
1997	833
1998	1.346
1999	1.338
2000	1.209
2001	1.235
2002	1.684
2003 ¹	1.650

Fonte: DATASUS/MS
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE
 Nota: atualizado em Dez/2004
¹ posição JUL/2003

3.2.11 Óbitos / Residência por Causas Evitáveis 1995-00

Causas	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Redutíveis por Imunoprevenção	-	-	1	-	-	-
Redutíveis por Adequado Controle na Gravidez	-	-	-	-	1	-
Redutíveis por Adequada Atenção ao Parto	-	-	3	1	-	-
Redutíveis por Ações Prev/dia Gn/Tratamento Precoces	4	15	16	19	23	22
Redutíveis Através de Parcerias com Outros Setores	-	11	11	12	8	10
Não Evitáveis	1	1	1	1	1	-
Mal Definidas	55	58	55	48	48	51
Não Classificadas	4	-	1	1	3	1
TOTAL	64	85	88	82	84	84

Fonte: DATASUS/MS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/ GEDE

3.3 EDUCAÇÃO

3.3.1 Estabelecimentos por Dependência Administrativa e Grau de Ensino 1996-05

Anos/ Graus	Estabelecimentos				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1996 Pré-Escolar	-	6	4	-	10
Ensino Fundamental	-	8	122	-	130
Ensino Médio	-	1	-	-	1
1997 Pré-Escolar	-	5	4	-	9
Ensino Fundamental	-	8	121	-	129
Ensino Médio	-	-	-	-	-
1998 Pré-Escolar	-	5	4	-	9
Ensino Fundamental	-	8	116	1	125
Ensino Médio	-	1	-	-	1
1999 Pré-Escolar	-	-	7	1	8
Ensino Fundamental	-	-	134	1	135
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2000 Pré-Escolar	-	-	5	1	6
Ensino Fundamental	-	-	135	1	136
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2001 Pré-Escolar	-	-	5	1	6
Ensino Fundamental	-	-	187	1	188
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2002 Pré-Escolar	-	-	6	-	6
Ensino Fundamental	-	-	182	-	182
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2003 Pré-Escolar	-	-	8	1	9
Ensino Fundamental	-	-	198	-	198
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2004 Pré-Escolar	-	-	11	-	11
Ensino Fundamental	-	-	218	-	218
Ensino Médio	-	2	-	-	2
2005 Pré-Escolar	-	-	19	-	19
Ensino Fundamental	-	-	204	-	204
Ensino Médio	-	2	-	-	2

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.2 Bibliotecas por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05

Anos/ Graus	Bibliotecas				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1999					
Ensino Fundamental	-	-	3	1	4
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2000					
Ensino Fundamental	-	-	6	1	7
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2001					
Ensino Fundamental	-	-	5	1	6
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2002					
Ensino Fundamental	-	-	7	-	7
Ensino Médio	-	2	-	-	2
2003					
Ensino Fundamental	-	-	7	-	7
Ensino Médio	-	2	-	-	2
2004					
Ensino Fundamental	-	-	6	-	6
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2005					
Ensino Fundamental	-	-	5	-	5
Ensino Médio	-	1	-	-	1

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.3 Laboratórios de Informática por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1999-05

Anos/ Graus	Laboratórios de Informática				Total
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	
1999					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2000					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2001					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2002					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	-	-	-	-
2003					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	1	-	-	1
2004					
Ensino Fundamental	-	-	5	-	5
Ensino Médio	-	2	-	-	2
2005					
Ensino Fundamental	-	-	-	-	-
Ensino Médio	-	1	-	-	1

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.4 Matrícula por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-06

Anos/ Graus	Matrícula				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Pré-Escolar	-	450	1.409	-	1.859
Ensino Fundamental	-	4.433	4.109	-	8.542
Ensino Médio	-	297	-	-	297
1997 Pré-Escolar	-	369	968	-	1.337
Ensino Fundamental	-	4.307	3.902	-	8.209
Ensino Médio	-	301	-	-	301
1998 Pré-Escolar	-	277	1.095	-	1.372
Ensino Fundamental	-	4.552	4.992	23	9.567
Ensino Médio	-	429	-	-	429
1999 Pré-Escolar	-	-	596	9	605
Ensino Fundamental	-	-	10.744	44	10.788
Ensino Médio	-	537	-	-	537
2000 Pré-Escolar	-	-	599	8	607
Ensino Fundamental	-	-	9.925	49	9.974
Ensino Médio	-	602	-	-	602
2001 Pré-Escolar	-	-	698	14	712
Ensino Fundamental	-	-	12.051	43	12.094
Ensino Médio	-	747	-	-	747
2002 Pré-Escolar	-	-	730	-	730
Ensino Fundamental	-	-	12.088	-	12.088
Ensino Médio	-	834	-	-	834
2003 Pré-Escolar	-	-	1.058	27	1.085
Ensino Fundamental	-	-	12.272	-	12.272
Ensino Médio	-	1.029	-	-	1.029
2004 Pré-Escolar	-	-	1.209	-	1.209
Ensino Fundamental	-	-	14.000	-	14.000
Ensino Médio	-	1.060	-	-	1.060
2005 Pré-Escolar	-	-	2.116	-	2.116
Ensino Fundamental	-	-	13.923	-	13.923
Ensino Médio	-	1.224	-	-	1.224
2006 Pré-Escolar	-	-	2.093	-	2.093
Ensino Fundamental	-	-	13.991	-	13.991
Ensino Médio	-	1.369	-	-	1.369

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.5 Funções Docentes por Dependência Administrativa e Grau de Ensino 1996-05

Anos/ Graus	Funções Docentes				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Pré-Escolar	-	14	35	-	49
Ensino Fundamental	-	128	124	-	252
Ensino Médio	-	6	-	-	6
1997 Pré-Escolar	-	13	26	-	39
Ensino Fundamental	-	113	142	-	255
Ensino Médio	-	3	-	-	3
1998 Pré-Escolar	-	13	30	-	43
Ensino Fundamental	-	134	145	1	280
Ensino Médio	-	13	-	-	13
1999 Pré-Escolar	-	-	20	1	21
Ensino Fundamental	-	-	301	2	303
Ensino Médio	-	10	-	-	10
2000 Pré-Escolar	-	-	23	1	24
Ensino Fundamental	-	-	315	2	317
Ensino Médio	-	14	-	-	14
2001 Pré-Escolar	-	-	24	1	25
Ensino Fundamental	-	-	349	1	350
Ensino Médio	-	27	-	-	27
2002 Pré-Escolar	-	-	26	-	26
Ensino Fundamental	-	-	373	-	373
Ensino Médio	-	35	-	-	35
2003 Pré-Escolar	-	-	36	2	38
Ensino Fundamental	-	-	417	-	417
Ensino Médio	-	36	-	-	36
2004 Pré-Escolar	-	-	40	-	40
Ensino Fundamental	-	-	460	-	460
Ensino Médio	-	38	-	-	38
2005 Pré-Escolar	-	-	67	-	67
Ensino Fundamental	-	-	503	-	503
Ensino Médio	-	34	-	-	34

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Notas: ¹⁾ O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento²⁾ O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª a 4ª série e de 5ª a 8ª série

3.3.6 Alunos Aprovados por Dependência Administrativa e Grau de Ensino 1996-02

Anos/ Graus	Dependência Administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Ensino Fundamental	-	1.894	1.093	-	2.987
Ensino Médio	-	208	-	-	208
1997 Ensino Fundamental	-	2.238	2.574	-	4.812
Ensino Médio	-	259	-	-	259
1997 Ensino Fundamental	-	791	4.513	21	5.325
Ensino Médio	-	333	-	-	333
1999 Ensino Fundamental	...	-	5.060	37	5.097
Ensino Médio	...	439	-	-	439
2000 Ensino Fundamental	-	-	6.981	31	7.012
Ensino Médio	-	454	-	-	454
2001 Ensino Fundamental	-	-	7.169	-	7.169
Ensino Médio	-	401	-	-	401
2002 Ensino Fundamental	-	-	6.198	-	6.198
Ensino Médio	-	558	-	-	558

Fonte: MEC/INEP/SEDUC

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.7 Alunos Reprovados por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02

Anos/Graus	Dependência Administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Ensino Fundamental	-	1.182	425	-	1.607
1996 Ensino Médio	-	18	-	-	18
1997 Ensino Fundamental	-	880	1.162	-	2.042
1997 Ensino Médio	-	16	-	-	16
1997 Ensino Fundamental	-	149	1.650	5	1.804
1997 Ensino Médio	-	5	-	-	5
1999 Ensino Fundamental	-	-	2.887	8	2.895
1999 Ensino Médio	-	15	-	-	15
2000 Ensino Fundamental	-	-	2.443	12	2.455
2000 Ensino Médio	-	13	-	-	13
2001 Ensino Fundamental	-	-	3.455	-	3.455
2001 Ensino Médio	-	52	-	-	52
2002 Ensino Fundamental	-	-	3.603	-	3.603
2002 Ensino Médio	-	20	-	-	20

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.3.8 Alunos Evadidos por Dependência Administrativa e Graus de Ensino 1996-02

Anos/Graus	Dependência Administrativa				
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1996 Ensino Fundamental	-	1.258	116	-	1.374
1996 Ensino Médio	-	63	-	-	63
1997 Ensino Fundamental	-	874	702	-	1.576
1997 Ensino Médio	-	13	-	-	13
1997 Ensino Fundamental	-	236	1.750	2	1.988
1997 Ensino Médio	-	103	-	-	103
1999 Ensino Fundamental	-	-	2.390	1	2.391
1999 Ensino Médio	-	94	-	-	94
2000 Ensino Fundamental	-	-	1.504	2	1.506
2000 Ensino Médio	-	106	-	-	106
2001 Ensino Fundamental	-	-	1.174	-	1.174
2001 Ensino Médio	-	249	-	-	249
2002 Ensino Fundamental	-	-	2.011	-	2.011
2002 Ensino Médio	-	232	-	-	232

Fonte: MEC/INEP/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.4 EMPREGO

3.4.1 Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2003

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	8	8	12	12	10
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2	2	2	2	2
Construção Civil	-	-	-	-	-
Comércio	10	11	14	13	17
Serviços	3	4	4	3	2
Administração Pública	-	-	1	2	2
Agropecuária	2	3	3	4	7
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-
TOTAL	25	28	36	36	40

Fonte: MTB/RAIS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.4.2 Estoque de Emprego Segundo Setor de Atividade Econômica 1999-2003

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003
Extrativa Mineral	-	-	-	-	-
Indústria de Transformação	591	612	733	1.025	1.113
Serviços Industriais de Utilidade Pública	9	8	8	9	9
Construção Civil	-	-	-	-	-
Comércio	96	81	33	42	111
Serviços	8	44	47	7	7
Administração Pública	-	0	175	252	197
Agropecuária	10	31	27	65	44
Outros / Ignorados	-	0	-	-	-
TOTAL	714	776	1.023	1.400	1.481

Fonte: MTB/RAIS
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.5 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH – M	0,244	0,418	0,405	0,608
IDH – M Longevidade	0,354	0,586	0,621	0,721
IDH – M Educação	0,184	0,253	0,313	0,574
IDH – M Renda	0,194	0,414	0,281	0,528

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.6 POLÍTICO ELEITORAL

3.6.1 Eleitores e Seção Eleitoral 1996/98/00/02/04/06

Anos	Seções	Eleitores
1996	77	16.941
1998	78	17.115
2000	82	18.547
2002	85	19.359
2004	...	23.073
2006	...	24.435

Fonte: TRE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.6.2 Eleitores por Sexo 1996/98/00/02

Sexo	1996	1998	2000	2002
Feminino	7.487	7.566	8.484	8.848
Masculino	9.453	9.548	10.062	10.510
Não Informou	1	1	1	1

Fonte: TRE
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.7 ENERGIA ELÉTRICA

3.7.1 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 1995-03

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (Kw/h)
1995		
Residencial	1.445	1.633.504
Comercial	211	488.952
Industrial	-	-
Outros
Total
1996		
Residencial	1.510	1.899.506
Comercial	242	626.293
Industrial	-	-
Outros	39	917.368
Total	1.791	3.443.167
1997		
Residencial	1.478	1.906.129
Comercial	238	750.911
Industrial	-	-
Outros	40	799.135
Total	1.756	3.456.175
1998		
Residencial	1.863	2.512.674
Comercial	259	...
Industrial	1	...
Outros	40	...
Total	2.163	4.583.179
1999		
Residencial	2.139	3.195.827
Comercial	263	1.098.368
Industrial	1	723.046
Outros	44	1.165.466
Total	2.447	6.182.707
2000		
Residencial	2.411	3.641.393
Comercial	284	1.201.012
Industrial	1	873.557
Outros	52	1.269.180
Total	2.748	6.985.142
2001		
Residencial	2.671	3.618.310
Comercial	315	1.225.355
Industrial	2	1.352.762
Outros	52	1.159.667
Total	3.040	7.356.094
2001		
Residencial	3.038	4.113.892
Comercial	359	1.365.872
Industrial	3	2.067.438
Outros	54	1.836.578
Total	3.454	9.383.780
2003		
Residencial	3.264	4.679.864
Comercial	365	1.510.859
Industrial	4	2.804.009
Outros	60	2.368.623
Total	3.693	11.363.355

3.7.2 Consumidores e Consumo de Energia Elétrica por Classe 2004-06

Anos/Classe	Consumidores	Consumo (Kw/h)
2004		
Residencial	3.487	5.329.918
Industrial	4	3.649.228
Comercial	381	1.532.568
Outros	59	2.483.145
Total	3.931	12.994.859
2005		
Residencial	3.630	5.939.603
Industrial	2	3.417.359
Comercial	396	1.579.280
Outros	62	2.644.858
Total	4.090	13.581.100
2006		
Residencial	3.797	6.157.565
Comercial	384	1.581.764
Industrial	-	321.598
Outros	63	2.708.102
Total	4.244	10.769.029

Fonte: CELPA/ REDE CELPA
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.8 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.8.1 Consumidores e Consumo de Água por Classe 1995-05

Anos/Classe	Consumidores (Economias)	Consumo (Volume faturado em m³)
1995		
Residencial	499	130.835
Comercial	4	690
Industrial	-	-
1996		
Residencial	519	123.595
Comercial	5	680
Industrial	-	-
1997		
Residencial	1.741	122.257
Comercial	29	595
Industrial	2	-
1998		
Residencial	1.764	113.935
Comercial	27	540
Industrial	2	-
1999		
Residencial	1.848	98.222
Comercial	31	1.250
Industrial	2	-
2000		
Residencial	1.848	102.952
Comercial	31	1.020
Industrial	2	-
2001		
Residencial	1.921	90.712
Comercial	50	2.165
Industrial	2	-
2002		
Residencial	1.935	119.490
Comercial	51	4.234
Industrial	2	-
Público	52	6.166
2003		
Residencial	1.972	121.930
Comercial	53	11.310
Industrial	2	40
Público	52	5.880
2004		
Residencial	1.973	103.908
Comercial	54	5.990
Industrial	3	90
Público	52	5.880
2005		
Residencial	598	8.956
Comercial	21	250
Industrial	-	-
Público	22	518

Fonte: COSANPA
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9 COMUNICAÇÃO

3.9.1 Terminais Instalados e Postos de Serviços 1995-02

Ano	Terminais Instalados	Telefone de Uso Público
1995 ⁽¹⁾	200	2
1996 ⁽¹⁾	200	1
1997 ⁽¹⁾	200	1
1998 ⁽¹⁾	200	...
1999	280	...
2000	595	...
2001	1.091	...
2002	1.091	...

Fonte: TELEPARÁ/TELEMAR/AMAZÔNIA CELULAR

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

⁽¹⁾ No período de 1995 a 1998, era denominado Postos de Serviços, em seguida passou a denominar-se Telefone de Uso Público

3.9.2 Emissoras de Rádio, Televisão e Repetidoras 1995-02

Anos	Rádio	Televisão	Repetidora
1995	-	-	-
1996
1997	-	-	1
1998	-	-	1
1999	-	-	1
2000	-	-	...
2001	-	-	2
2002	-	-	1

Fonte : DENTEL

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9.3 Agências e Postos dos Correios 1997 - 02

Anos	Agências(1)	Postos	Caixa de Coleta
1997	-	-	...
1998	1	-	2
1999	1	-	2
2000	1	-	2
2001	1	-	2
2002	1	-	2

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Incluído Agências Flanqueadas

3.9.4 Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 1999-00

Serviços	1999	2000
Carta e Impresso Registrado	1.080	2.490
Vale Postal Nacional	32	240
Encomenda Normal	4	-
Sedex	73	231
Caixas Postais	12	12
Objeto Simples Recebido	894	4.395
Telegrama	-	13

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.9.5 Volume de Correspondência dos Correios e Telégrafos 2002

Serviços	2002
Impressos Simples/Registrado	243.406
Sedex	3.305
Malote	592
Telegrama	490
SEED C/C	1.333
TOTAL	249.126

Fonte: EBCT

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Nota: Nova classificação de serviços utilizada pelas Empresas de Correios a partir de 2002, incluindo distribuição de entradas e saídas.

3.10 TRANSPORTE

3.10.1 Veículos por Tipo 1995-05

Tipo	1995	1996	1997	1998	1999	2000(1)	2001	2002	2003	2004	2005
Motoneta	-	3	...	4	11	12	13	14	17	20	38
Motocicleta	-	13	...	18	30	33	37	40	51	57	93
Automóvel	-	-	...	2	3	5	13	19	29	34	35
Semi-reboque	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Camioneta	-	2	...	4	9	14	11	10	8	2	4
Caminhão	-	1	...	3	3	2	4	7	7	9	8
Caminhonete	-	-	-	-	-	-	-	2	4	12	14
Utilitários	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
TOTAL	-	19	31	56	66	79	92	116	134	193

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) Para o ano 2000 foram considerados apenas veículos circulantes e com cadastro no sistema RENAVAM (placas 3 letras)

3.10.2 Veículos Licenciados e Não Licenciados 1995-05

Anos	Licenciados	Não Licenciados	Total
1995	2	6	8
1996	8	11	19
1997
1998	13	18	31
1999	35	26	61
2000	32	34	66
2001	32	47	79
2002	40	52	92
2003	56	60	116
2004	56	78	134
2005	100	93	193

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.10.3 Carteiras de Habilitação Expedidas 1995-05

Anos	Carteira de Habilitação
1995	3
1996	2
1997	5
1998	3
1999	7
2000	
Masculino	45
Feminino	3
2001	
Masculino	19
Feminino	2
2002	
Masculino	8
Feminino	-
2003	
Masculino	13
Feminino	-
2004	
Masculino	73
Feminino	7
2005	
Masculino	3
Feminino	-

Fonte: DETRAN

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.11 PRODUTO INTERNO BRUTO MUNICIPAL

3.11.1 Composição do Produto Interno Bruto a Preço de Mercado Corrente 1997-2004 (R\$ Mil)

Ano	Valor Adicionado bruto a preço básico corrente (+)	Serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (-)	Impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. (+)	Produto interno bruto a preço de mercado corrente
1997	76.548	100	1.187	77.636
1998	72.237	-	1.566	73.803
1999	78.716	-	1.708	80.425
2000	77.621	-	3.657	81.278
2001	87.039	-	4.969	92.007
2002	111.979	-	6.102	118.081
2003	113.235	-	3.995	117.229
2004	138.826	595	3.131	141.362

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.11.2 Valor Adicionado Bruto a Preço Básico Corrente por Setor 1997-2004 (R\$ Mil)

Ano	Agropecuário	Indústria	Serviços	V.A
1997	49.001	2.303	25.244	76.548
1998	42.403	3.559	26.275	72.237
1999	45.949	4.511	28.257	78.716
2000	43.068	3.176	31.377	77.621
2001	44.484	10.009	32.546	87.039
2002	52.709	20.185	39.084	111.979
2003	51.607	16.872	44.755	113.235
2004	62.414	22.670	53.742	138.826

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.11.3 Produto Interno Bruto Per Capta a Preço de Mercado Corrente - 1997-2004

Ano	PIB			PIB PERCAPITA	
	Valor (R\$ Mil)	Participação	Ranking no Estado	Valor (R\$)	Ranking no Estado
1997	77.635,86	0,53	35	2.199,94	53
1998	73.802,91	0,47	40	2.021,72	57
1999	80.424,58	0,48	42	2.129,44	61
2000	81.277,81	0,43	43	2.099,23	61
2001	92.007,40	0,42	45	2.319,09	64
2002	118.080,59	0,46	43	2.905,53	58
2003	117.229,25	0,40	48	2.826,10	68
2004	141.361,54	0,41	48	3.318,89	62

Fonte: IBGE – SEPOF / DIEPI / GERES
Elaboração: SEPOF / DIEPI / GERES

3.12 AGRICULTURA

3.12.1 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1994-96

Produtos	Área Colhida (ha)			Quantidade Produzida (t)			Valor (Mil Reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Arroz (em casca)	260	250	200	312	300	240	87	90	84
Feijão (em grão)	30	20	25	18	12	15	7	5	7
Mandioca	1.000	1.000	1.300	12.000	12.000	15.600	600	480	858
Milho (em grão)	180	150	120	144	120	72	37	30	21

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.2 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 1997-00

Produtos	Área Colhida (ha)				Quantidade Produzida (t)				Valor (Mil Reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Arroz (em casca)	180	160	150	150	216	192	180	180	43	38	36	36
Feijão (em grão)	25	20	100	100	15	12	60	60	7	9	30	30
Mandioca	1.200	1.360	1.360	1.360	14.400	14.960	14.960	14.960	576	748	778	778
Milho (em grão)	110	90	120	120	66	54	72	72	19	16	14	14

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.3 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2001-2002

Produtos	Área Colhida (ha)		Quant. Produzida (tonelada)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Arroz (em casca)	120	150	144	180	29	36,00
Mandioca	1.400	800	15.400	8.800	801	457,60
Milho (em grão)	100	300	60	180	12	36,00

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.4 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias 2003-2005

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Abacaxi	0	7	7	0	70	70	0	25	25
Arroz (em casca)	150	150	150	180	180	180	36	90	90
Mandioca	800	400	400	8.800	4.400	4.400	458	484	484
Milho (em grão)	300	200	200	180	120	120	36	48	54

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.12.5 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1994-96

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (mil frutos)			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996	1994	1995	1996
Banana ⁽²⁾	100	100	80	100	100	80	200	230	180
Laranja	15	13	15	300	260	270	30	24	22
Limão	15	15	15	150	150	150	12	7	9
Pimenta-do-Reino ⁽¹⁾	10	8	15	20	2	30	12	2	37

Fonte: IBGE/PAM
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
(1) – Quantidade produzida em toneladas;
(2) – Quantidade produzida em mil cachos

3.12.6 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 1997-00

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (mil frutos)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Banana ⁽²⁾	80	170	170	170	80	170	170	170	200	340	340	340
Guaraná (semente) ⁽¹⁾	6	6	6	6	4	4	4	4	12	12	12	12
Laranja	15	17	15	12	270	306	216	216	21	33	32	18
Limão	20	20	24	22	200	200	220	220	13	12	12	11
Pimenta-do-Reino ⁽¹⁾	20	20	20	20	40	40	40	40	180	192	320	320

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) – Quantidade produzida em toneladas; (2) – Quantidade produzida em mil cachos

3.12.7 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2001-2002

Produtos	Área Colhida (ha)		Quant. Produzida (tonelada)		Valor (mil reais)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Banana	170	-	1.700	-	1.105	-
Guaraná (semente)	6	-	4	-	12	-
Laranja	12	-	12	-	5	-
Limão	20	-	420	-	168	-
Mamão	1	-	30	-	15	-
Maracujá	2	-	12	-	3	-
Pimenta-do-reino	20	-	40	-	192	-

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

Nota ⁽¹⁾: A partir do ano 2002 a quantidade produzida do café em coco (tonelada) passou a ser expressa em café em grão (tonelada).

Nota ⁽²⁾: A partir do ano de 2001, as quantidades produzidas dos produtos abacate, banana, caqui, figo, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, pêra, pêssego e tangerina passaram a ser expressas em toneladas (t).

3.12.8 Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes 2003-2005

Produtos	Área Colhida (ha)			Quant. Produzida (tonelada)			Valor (mil reais)		
	2003	2004	2005	2003	2004	2005	2003	2004	2005
Banana	170	150	150	1.700	1.500	1.500	340	450	600
Mamão	1	2	2	15	30	30	8	11	12
Maracujá	5	3	3	30	18	18	8	5	7
Pimenta-do-reino	18	40	40	45	100	100	113	270	270

Fonte: IBGE/PAM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13 PECUÁRIA

3.13.1 Principais Rebanhos Existentes 1994-00

Rebanhos	Efetivo						
	1994	1995	1996 (1)	1997	1998	1999	2000
Bovinos	46.495	46.580	4.754	30.200	21.300	24.820	22.500
Suínos	9.050	9.220	9.008	9.720	8.580	8.150	7.850
Bubalinos	273	298	155	286	265	286	280
Equínos	155	205	75	185	178	180	170
Asinino	-	-	5	-	-	-	-
Muares	-	-	23	-	18	20	22
Ovinos	-	-	368	-	330	342	320
Caprinos	-	-	219	20	180	195	210
Galinhas	7.530	6.650	...	6.800	6.500	6.080	5.800
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	10.950	9.380	48.000	7.580	6.850	6.210	6.000
Vacas Ordenhadas	7.350	7.360	...	5.450	3.845	3.915	3.750

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Valores retirados do Censo Agropecuário 1996, o item galinhas, para o ano de 1996 está agrupado ao item Galos, Frangas, Frangos e Pintos

3.13.2 Principais Rebanhos Existentes 2001-2005

Rebanhos	Efetivo				
	2001	2002	2003	2004	2005
Bovinos	14.200	12.150	12.350	11.805	12.805
Suínos	7.500	7.700	8.100	8.550	8.270
Equínos	163	170	150	143	144
Muares	24	20	15	19	16
Bubalinos	290	700	720	703	800
Ovinos	285	275	270	245	220
Galinhas	4.950	3.980	3.530	3.120	2.980
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	5.850	4.750	4.550	4.320	4.120
Caprinos	180	170	180	175	180
Vacas Ordenhadas	820	800	810	800	800

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.3 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1994-96

Produtos	Quantidade Produzida			Valor (mil reais)		
	1994	1995	1996(1)	1994	1995	1996(1)
Leite de Vaca (Mil litros)	2.573	2.576	...	823	1.030	...
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	45	40	12	31	34	...

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Valores retirados do Censo Agropecuário 1996

3.13.4 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 1997-00

Produtos	Quantidade Produzida				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
Leite de Vaca (Mil litros)	2.115	1.500	1.527	1.369	1.058	750	916	821
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	41	39	36	35	41	39	36	63

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.13.5 Quantidade e Valor dos Produtos de Origem Animal 2001-05

Produtos	Quantidade Produzida					Valor (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
Leite de Vaca (Mil litros)	338	326	334	289	300	203	260	334
Ovos de Galinha (Mil dúzias)	31	31	26	19	18	37	95	53

Fonte: IBGE/PPM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14 EXTRATIVISMO VEGETAL

3.14.1 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1994-96

Produtos	Quantidade Produzida (t)			Valor (Mil R\$)		
	1994	1995	1996	1994	1995	1996
OLEAGINOSOS						
Pequi (amêndoa)	180	200	-	18	30	-
ALIMENTÍCIOS						
Açaí (fruto)	12	15	28	3	5	10
Castanha do Pará	120	130	150	10	16	18
Palmito	800	810	850	80	122	170
MADEIRAS						
Carvão Vegetal	-	20	30	-	2	5
Lenha (m ³)	-	10.000	12.000	-	10	24
Madeira em Tora (m ³)	185.000	215.000	375.000	7.400	9.675	16.875
BORRACHAS						
Látex Coagulado	-	-	-	-	-	-
Látex Líquido	120	110	100	11	28	25
GOMAS NÃO ELÁSTICAS						
Maçaranduba	15	16	20	2	3	4

Fonte: IBGE/PEVS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14.2 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 1997-00

Produtos	Quantidade Produzida (t)				Valor (mil reais)			
	1997	1998	1999	2000	1997	1998	1999	2000
OLEAGINOSOS								
Pequi (amêndoa)	280	270	250	280	42	54
ALIMENTÍCIOS								
Açaí (fruto)	26	25	30	35	8	8	12	...
Castanha do Pará	160	150	155	160	32	38	47	...
Palmito	800	720	700	750	200	180	210	...
MADEIRAS								
Carvão Vegetal	28	30	35	40	6	8	11	...
Lenha (m ³)	10.000	9.000	7.500	6.500	25	18	15	...
Madeira em Tora (m ³)	42.000	480.000	550.000	750.000	1.596	18.240	24.750	...
BORRACHAS								
Látex Líquido	90	75	60	50	23	19	54	...
GOMAS NÃO ELÁSTICAS								
Maçaranduba	22	-	-	-	4	-	-	-

Fonte: IBGE/PEVS

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.14.3 Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal 2001-2005

Produtos	Quantidade Produzida (t)					Valor (mil reais)				
	2001	2002	2003	2004	2005	2001	2002	2003	2004	2005
OLEAGINOSOS										
Pequi (amêndoa)	310	290	280	250	280	124	174	224	250	420
ALIMENTÍCIOS										
Açaí (fruto)	36	342	350	330	350	16	171	280	330	350
Castanha do Pará	160	150	180	175	180	56	68	90	158	180
Palmito	50	70	68	72	70	23	35	48	72	105
MADEIRAS										
Carvão Vegetal	50	45	42	35	36	15	18	21	35	54
Lenha (m ³)	4.500	5.000	4.500	5.000	10.000	45	13	11	13	25
Madeira em Tora (m ³)	860.000	910.000	980.000	1.050.000	950.000	47.300	54.600	58.800	68.250	65.075

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.15 EXTRAÇÃO MINERAL

3.15.1 Reservas Minerais (1) 1996-1999

Bem Mineral	1996		1997		1998		1999	
	Reserva Total	Pará/ Brasil %	Reserva Total	Pará/ Brasil %	Reserva Total	Pará/ Brasil %	Reserva Total	Pará/ Brasil %
Ouro ⁽²⁾	1.352	0,08	1.352	0,08	1.352	0,06	1.352	0,06

Fonte: DNPM/SEICOM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Medida + indicada + inferida; (2) - kg de ouro contido na reserva medida

3.15.2 Distribuição das Ocorrências de Gemas e Rochas Ornamentais 1996-1999

Gemas	1996 (%) ⁽¹⁾	1997 (%) ⁽¹⁾	1998 (%) ⁽¹⁾	1999 (%) ⁽¹⁾
Ametista	0,5	0,5	0,5	0,5

Fonte: DNPM/SEICOM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

(1) - Percentual sobre o total do Brasil

3.16 ESTABELECIMENTOS

3.16.1 Estabelecimentos, por Setor Econômico 2001

Setor Econômico	2001
Primário	22
Indústria	71
Comércio Atacadista	14
Comércio Varejista	221
Serviços	15
TOTAL	343

Fonte: SEICOM

Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.17 FINANÇAS PÚBLICAS

3.17.1 Receitas Municipais 1998-01

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	1998	1999	2000	2001
Receita Corrente	9.800.424,84	11.597.937,64
Receita Tributária	125.636,36	87.378,25
Impostos	120.277,96	70.051,98
IPTU	722,60	3.702,85
ISS	71.364,70	58.609,13
ITBI	48.190,66	7.740,00
Taxas	5.358,40	17.326,27
Outras Receitas Próprias	26.661	590.953
Receitas Transferidas	9.648.127,69	10.919.606,31

Fonte: TCU
Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE

3.17.2 Receitas Municipais 2002-05

R\$1,00 (Valores Nominais)

Receitas Municipais	2002	2003	2004	2005
Receita Corrente	16.213.699,74
Receita Tributária	433.793,45
Impostos	416.435,53
IPTU	70.125,41
ISSQN (1)	83.897,07
ITBI	44.035,00
IRRF	218.378,05
Taxas	17.357,92
Outras Receitas Próprias	1.145.668,19
Receitas Transferidas	11.675.033,34

Fonte: TCU
Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE
(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.

Nota: O total da Receita Própria equivale a soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias.

3.17.3 Transferências Constitucionais do ICMS, FPM, IPI, FUNDEF e IPVA 1995-06

(R\$ 1,00)

Anos	Transferência do ICMS ⁽¹⁾	Transferência do FPM ⁽¹⁾	Transferência do IPI ⁽¹⁾	Transferência do FUNDEF	Transferência do IPVA	Total
1995	520.213,53	2.080.775,77	42.882,94	-	-	2.643.872,24
1996	603.628,00	2.354.061,85	54.002,86	-	486,56	3.012.179,27
1997	563.264,21	2.348.921,93	61.091,08	618.913,52	1.550,68	3.593.741,42
1998	548.138,94	2.862.251,58	56.402,32	1.213.625,20	2.994,25	4.683.412,29
1999	752.795,21	3.177.933,99	64.165,73	2.240.950,49	3.892,88	6.239.738,30
2000	1.007.255,00	2.814.814,00	77.102,00	3.618.977,00	5.299,00	7.523.447,00
2001	1.176.704,22	3.609.144,49	79.332,77	3.714.364,80	4.976,75	8.584.523,03
2002	1.571.263,88	4.413.812,07	82.361,76	5.157.349,43	8.436,74	11.233.223,88
2003	1.950.169,89	4.601.139,82	68.531,17	5.751.130,02	7.940,49	12.378.911,39
2004	2.150.654,31	5.082.132,61	71.798,50	5.847.796,60	10.219,42	13.162.601,74
2005	2.667.347,14	6.279.394,53	84.948,16	9.204.459,38	14.207,66	18.250.356,87
2006	3.079.053,46	6.943.392,88	106.717,88	10.202.530,52	15.241,69	20.346.936,43

Fonte: SEFA/TCU/SEDUC
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
Nota: Valores Nominais
(1) Menos 15% do FUNDEF

3.17.4 Arrecadação Federal 1995-06

(R\$ 1,00)

Anos	IRPJ	IRPF	IOF	PIS/PASEP	ITR	Outras Receitas	Total
1995	8.168,00	11.180,00	20.666,00	-	24.024,00	27.306,00	91.344,00
1996	11.322,00	17.759,00	9.302,00	39.961,00	153.780,00	345.801,00	577.925,00
1997	19.908,00	2.065,00	63,00	51.449,00	130.060,00	61.547,00	265.092,00
1998	18.609,00	6.512,00	-	40.282,00	34.979,00	76.433,00	176.815,00
1999	16.720,00	6.815,00	-	40.635,00	49.859,00	96.661,00	210.690,00
2000	90.895,00	8.305,00	-	68.167,00	51.217,00	242.220,00	460.804,00
2001	56.713,00	15.982,00	-	74.091,00	123.681,00	233.561,00	504.028,00
2002	114.311,00	23.550,00	-	111.234,00	68.215,00	366.673,00	683.983,00
2003	107.264,00	15.093,00	814,00	103.729,00	46.019,00	356.116,00	629.035,00
2004	91.069,00	35.793,00	0,00	122.627,00	18.175,00	440.174,00	707.838,00
2005	241.560,24	82.066,19	0,00	178.848,91	46.304,02	587.542,70	1.136.322,06
2006	212.255,61	53.994,03	0,00	247.363,28	16.527,85	510.358,07	1.040.498,84

Fonte: RECEITA FEDERAL
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
 Nota: Valores Nominais

3.18 INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

3.18.1 Número de Agências Bancárias, Aplicações, Depósitos e Poupança no Estado do Pará 1994-2005 (R\$ 1,00)

Anos	Agências	Aplicações	Depósitos			Poupança
			À vista (Gov)	À vista (Priv.)	À prazo	
1994	-	972.533	41.633	171.817	22.446	324.015
1995	1	1.649.294	24.693	213.237	96.526	391.005
1996	1	1.477.637	48.208	326.991	222.328	629.197
1997	1	307.499	182.409	510.503	260.974	715.421
1998	0	-	-	-	-	-
1999	0	-	-	-	-	-
2000	0	-	-	-	-	-
2001	0	-	-	-	-	-
2002	0	-	-	-	-	-
2003	0	-	-	-	-	-
2004	1	3.093.435	198.657	1.606.612	400.431	1.848.653
2005	1	3.482.082	1.207.144	1.609.653	71.050	2.120.642

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL
 Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE
 Nota: Valores Nominais

NOTA TÉCNICA

Simbologias Adotadas

- (...) – Informações não disponíveis
- (-) – O Município não possui a variável destacada
- (0) – O Município possui a variável destacada, no entanto não atinge a unidade trabalhada

Demografia

– Trabalhou-se com os “números” oficiais do IBGE (Órgão Fonte). Entre os períodos censitários utilizou-se estimativa de população, divulgado em cada 30/06 do ano corrente. Para definir as populações Urbana e Rural, e por Sexo, a SEPOF/DIEPI adota a mesma participação do ano censitário.

Saúde

– Segundo a Secretaria de Saúde – SESPA, devido à dimensão do Estado o registro de óbitos torna-se, em alguns municípios, retardatário. Desta forma, na medida em que os registros vão ocorrendo, os mesmos são atualizados em seus respectivos anos.

Energia

– Devido a problemas no Sistema da Rede Celpa, no ano de 1998, não foi possível desmembrar suas estatísticas por classe, exceto a residencial.

Transporte

– Segundo informações, cuja Fonte, é o DETRAN, as estatísticas referentes a veículos por tipo e veículos licenciados, eram trabalhadas em setores/programas diferentes, os quais não tinham nenhuma correlação. Devido ao fato, na maioria das vezes, os totais das características destacadas divergem entre si, o que não ocorrerá mais a partir do ano de 2000, pois o mesmo está trabalhando as características em um mesmo programa.

Pecuária

– No ano de 1996, o IBGE não realizou a Pesquisa de Pecuária Municipal – PPM, devido à realização do Censo Agropecuário, entretanto é importante destacar que o período de coleta do Censo (agosto/95 a julho/96), não é o mesmo utilizado na pesquisa (janeiro a dezembro/ano).

Finanças Públicas

– Estatísticas, cuja fonte, é a SEFA, são utilizadas conforme os estabelecimentos vão efetuando os Pagamentos atrasados, sendo assim, relatórios gerados da mesma variável, em datas diferentes, podem ter divergências dentro de um mesmo ano.

– As Estatísticas da Receita Própria e Arrecadação Municipal são retiradas do Balanço de cada Município, logo para os anos que o município não entrega seu balanço ao TCM, as informações não estarão disponíveis.

Lúcia Cristina de Andrade

Diretoria de Estudos, Pesquisa e Informações Socioeconômicas.

GLOSSÁRIO

FISIOGRAFIA

Ano de Criação – Significa o ano no qual o distrito foi criado legalmente através da Lei de Criação, Decreto ou Ordem, com memorial descritivo, diferente, portanto do ano de emancipação política.

Gentílico – Nome que designa a “terra”, “nação”, “área” ou “município”, a qual pertence.

Localização Municipal – Refere-se a posição do município em relação ao contexto do Estado.

Coordenadas Geográficas – São valores Numéricos através dos quais pode-se definir a posição de um ponto na superfície da terra, tendo como ponto de origem para as latitudes o Equador, e o mediano de Greenwich para a origem das longitudes.

Latitude – Ângulo formado pela normal à superfície adotada para a terra, que passa pelo ponto considerado e a reta correspondente à sua projeção no plano do Equador. A latitude quando medida no sentido do Pólo Norte é chamada latitude norte ou positiva. Quando medida no sentido do Pólo Sul é chamada latitude sul ou negativa. Sua variação é 0° a 90°N ou 0° a + 90° e 0° a 90°S ou 0° a – 90°.

Longitude – Ângulo diedro formado pelos planos do meridiano de Greenwich e do meridiano que passa pelo ponto considerado. A longitude pode ser contada no sentido oeste, quando é chamada longitude oeste de Greenwich (W Gr.) ou negativa. Se contada no sentido este é chamada longitude este de Greenwich (E Gr.) ou positiva.

Limite – Linha materializada ou não, que demarca a fronteira entre duas áreas vizinhas. É definido normalmente por lei de qualquer umas das instâncias da administração pública, federal, estadual ou municipal.

Afluente – curso de água que vai até a outra corrente fluvial ou a um lago, contribuindo para aumentar-lhes o volume.

Fuso Horário – convenção estabelecida que se refere a uma área abrangida por dois meridianos, dentro da qual a hora é a mesma em todos os lugares nela inseridos. Cada fuso tem em geral 15° de longitude, tendo como centro um meridiano cuja longitude é exatamente divisível por 15.

Área Municipal – É o cálculo do espaço geográfico ao qual a circunscrição administrativa está inserida.

DEMOGRAFIA

População Residente – constituída pelos moradores nas unidades domiciliares, mesmo que ausentes na data das pesquisas.

Densidade Demográfica – é o indicador que mostra como a população se distribui pelo território, sendo determinada pela razão entre a população e a área de uma determinada região.

Distribuição da População por Situação de Domicílios – a população é classificada segundo a localização do domicílio nas áreas urbanas ou rurais, definidas por lei municipal. Na situação urbana, consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitadas pelas respectivas posturas municipais à época de realização dos Censos Demográficos; a situação rural abrange a população e os domicílios recenseados fora dos limites daquelas áreas, inclusive nos aglomerados rurais (povoados, arraiais, etc.).

Razão de Sexos – é a relação entre a população masculina e a feminina por 100 e representa o número de homens para cada 100 mulheres.

Taxa de Urbanização – Proporção entre a população da área urbana em relação à população total.

Taxa Geométrica de Incremento Anual – mostra o ritmo de crescimento anual experimentado pela população num determinado período de tempo. É obtida através da fórmula:

$$i = \left[\sqrt[n]{\frac{P(1+n)}{P}} - 1 \right] \times 100, \text{ onde}$$

P_n

P_(n+1) e P_n representam as populações correspondentes a duas datas sucessivas e n, o intervalo entre essas duas datas, medido em ano.

Razão de Dependência – é o resultado da soma da população jovem de 0 a 15 anos mais a população idosa de 65 anos e mais de idade, dividido pela população produtiva de 15 a 64 anos. Ela representa o dimensionamento da força de trabalho, ou seja, mostra a percentagem da população dependente em relação à população em idade ativa.

Índice de Envelhecimento – Expressa o ritmo de envelhecimento verificado anualmente sendo obtido por:

$$I = \frac{\text{Pop. de 65 anos e maior de idade}}{\text{Pop. de menos de 15 anos de idade}} \times 100$$

SAÚDE

Centro de Saúde - São serviços oficiais do Ministério da Saúde e Assistência, responsáveis pela integração e coordenação das atividades de saúde e assistência, bem como pela prestação de cuidados médicos de base, de natureza não especializada, com o objetivo de assegurar a cobertura médico-sanitária da população da área que lhes corresponde.

Nascidos Vivos – número de nascimentos onde, após a expulsão ou extração completa do corpo materno, independentemente do tempo de duração da gestação, manifestou algum sinal de vida (respiração, choro, movimentos de músculos de contração voluntária, batimento cardíaco, etc), ainda que tenha falecido em seguida.

Mortalidade Geral – refere-se ao número total de óbitos ocorridos numa determinada população, durante um período de tempo especificado, em geral um ano, e exprime-se por 1.000 habitantes.

Mortalidade Materna – É número de mortes maternas associadas com a gravidez e o parto, em relação ao número total de nascimentos.

Mortalidade Infantil – número de mortes de crianças com menos de 1 ano de idade por mil nascidos vivos nesse ano.

Mortalidade Fetal – é definida entre nós como a produzida antes do nascimento.

Mortalidade Perinatal – é o número de nascidos mortos e mortes ocorridas até uma semana (morte no período à volta do parto) por mil nascidos vivos até uma semana.

Fecundidade – Número médio de filhos que teria uma mulher, de uma coorte hipotética, ao fim do período reprodutivo, estando sujeita a uma determinada lei de fecundidade, ou ausência de mortalidade desde o nascimento até o final do período fértil.

Doenças Crônicas Degenerativas – patologias que não tem cura, e que causam danos em longo prazo. Tais doenças ocasionam ônus à saúde pública pois exigem uso de medicamentos contínuos.

EDUCAÇÃO

Estabelecimento de Ensino – São unidades escolares onde se processa as atividades de ensino e aprendizagem

Matrícula Inicial – Número de alunos matriculados em cada grau / modalidade de ensino, efetivamente freqüentando a escola em cada série, de acordo com o horário de funcionamento da turma.

Pré-Escolar – primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade.

Ensino Fundamental – obrigatório e gratuito para alunos de 7 a 14 anos compreende oito séries letivas. Constitui uma fusão do antigo ensino primário comum (quatro séries, para crianças de 7 a 10 anos) e do Ensino Médio de 1º ciclo (também de quatro séries, para adolescentes de 11 a 14 anos), com inovações pedagógicas nas terminalidades do nível de ensino.

Ensino Médio – composto de três ou quatro séries é equivalente ao antigo Ensino Médio de 2º ciclo e destina-se a conferir habitação profissional de nível médio à faixa etária de 15 a 18 anos.

Função Docente – é o número de professores da escola que leciona em cada grau / modalidade de ensino. Um professor pode ter mais de uma função docente.

Matrícula Final – é o total de alunos aprovados, reprovados e evadidos no final do ano X, em um determinado nível de ensino.

Taxa de Aprovação – indica o percentual de alunos aprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

Taxa de Reprovação – indica o percentual de alunos reprovados em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

Taxa de Evasão – indica o percentual de alunos evadidos (afastados por abandono), em determinado nível de ensino em relação à matrícula final, no nível de ensino.

ENERGIA ELÉTRICA

Residencial – É aquela em que as unidades consumidoras utilizam a energia elétrica para fins residenciais, salvo aqueles situados em propriedade rural na qual seja desenvolvida atividade agropecuária com objetivo econômico. Inclui-se nesta classe o fornecimento para uso comum de prédios ou conjuntos com predominância de unidades consumidoras residenciais.

Comercial – É aquela em que as unidades consumidoras exercem atividade comercial e de prestação de serviços (exclusive os serviços públicos). A classe comercial deve ser estratificada nas seguintes subclasses: comercial; serviços de transporte, exclusive tração elétrica; serviços de comunicação e telecomunicações; serviços de irrigação; outros serviços.

Industrial – É aquela em que as unidades consumidoras desenvolvem atividades industriais. Para que se tenha um conjunto mais homogêneo com relação à atividade industrial sugere-se estratificar os consumidores nos seguintes gêneros: extração de tratamento de minerais; produtos minerais não metálicos; metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicações; madeira; mobiliária; papel e papelão; borracha; couros; peles e produtos similares; química; produtos farmacêuticos e veterinários; perfumaria, sabões e velas; produtos de materiais plásticos; têxtil; vestuário, calçados e artefatos de tecidos; produtos alimentares; bebidas; fumo; editorial e gráfica, diversos; utilidade pública; e construção.

Outros – São alocados nesta categoria as unidades consumidoras não prevista nas demais classes, inclusive o fornecimento destinado às instalações de uso comum de prédio ou conjunto com predominâncias de unidades consumidoras não residenciais. Dentre as que se classificam como outro, destaca-se, o setor rural (são alocados nesta categoria consumidores que desenvolvem atividade rural com objetivos econômicos. Esta categoria é estratificada nas seguintes subclasses: agropastoril; cooperativa de eletrificação rural; indústria rural e coletividade rural); consumo próprio (fornecimento destinado ao próprio concessionário devendo ser consideradas as seguintes subclasses: consumo próprio, canteiro de obras e interno); **iluminação pública** (são alocados iluminação de ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de domínio público de uso comum e livre acesso de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público); **serviço público** (são alocados os consumidores que utilizam motores, máquinas e equipamentos para prestação de serviços públicos de água, esgoto, saneamento e tração urbana e/ou ferroviária explorados mediante concessão ou autorização; e **poder público** (são alocados os consumidores independentes da atividade desenvolvida, que forem de responsabilidade de pessoa jurídica de direito público, exceto a iluminação pública e os serviços públicos)).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Economias – Todo imóvel com ocupação independente, dotado de no mínimo um ponto de água, perfeitamente identificável como uma unidade autônoma, para efeito de faturamento.

Volume Faturado – Quantidade de água (medida e/ou estimada) ou de esgotos, faturado no mês, relativo às economias residenciais, comerciais, industriais e públicas.

COMUNICAÇÃO

Terminal Instalado – Terminal telefônico utilizado por domicílio residencial e os estabelecimentos industriais, comerciais, de profissionais liberais no exercício de sua profissão, ou de órgãos pertencentes aos poderes públicos municipal, estadual ou federal.

Emissora de TV – É a emissora de radiodifusão de televisão que transmite simultaneamente sinais de imagens e som destinados a serem recebidos pelo público em geral.

TVA – Serviço especial de televisão por assinatura; é o serviço de telecomunicação destinado a distribuir sons e imagens a assinantes, através de sinais codificados, mediante utilização de canais do espectro radioelétrico.

MMDS – Serviço de distribuição de sinais multiponto multicanal; é um codificador de televisão que se utiliza faixa de microondas para transmitir sinais a serem recebidos em pontos determinados dentro da área de prestação de serviço.

Caixa de Coleta – Receptáculos em acrílico, instalados em logradouros públicos ou em estabelecimentos comerciais destinados ao atendimento do usuário por meio de depósito de correspondências previamente franqueadas.

Vale Postal Nacional: Consiste no pagamento a um favorecido (destinatário) em moeda corrente no país, do valor correspondente a um título emitido por unidade ou órgão da ECT, a pedido de um remetente.

Encomenda Normal – É a modalidade de serviço de envio de encomenda em âmbito nacional, mediante tratamento não urgente, podendo ser postada com ou sem valor declarado.

Sedex - É a modalidade do serviço de encomenda expressa, executada em âmbito nacional, mediante tratamento urgente, pode ser postada com ou sem valor declarado.

Caixas Postais – É o serviço através do qual os objetos são depositados em receptáculos apropriados, para entrega mediante a utilização da respectiva chave, sem a interferência de empregado da ECT. O nome e o endereço do assinante de caixa postal só poderão ser divulgados, quando o proprietário da caixa postal autorizar, no formulário próprio.

Objetos Simples recebidos – São todos os objetos sem registro recebidos de outras localidades, que pode ser nacional ou internacional, para serem entregues aos seus respectivos destinatários.

Reembolso Postal – Consiste no recebimento, encaminhamento e entrega, pela ECT, exclusivamente em território nacional, de objetos postais e no pagamento aos remetentes dos valores por estes determinados e recebidos dos destinatários.

Telegrama Fonado – É o serviço no qual o cliente, assinante de linha telefônica têm acesso através do nº especial para transmitir o telegrama e informações adicionais.

Porte Pago – É o serviço que possibilita a postagem de impressos franqueados mediante colagem de etiqueta padronizada, impressão ou carimbo de indicação 'PORTE PAGO', no regime nacional ou 'PORTPYÉ', no internacional.

TRANSPORTE

Granéis Líquidos – a movimentação de cargas do tipo: óleo diesel, gasolina, querosene de avião, petróleo comum, gás liquefeito de petróleo (GPL), álcool anidro, óleo combustível, líquido de castanha de caju (LCC) e lubrificantes naftênicos.

Granéis Sólidos – São Considerados granéis sólidos a movimentação de cargas, tais como: trigo em grãos, milho,

soja, derivados de soja e fertilizantes.

Navegação de Cabotagem – é navegação realizada porto a porto no próprio país.

Navegação de Longo Curso – é a navegação realizada com o comércio internacional, ou seja, Navegação externa.

AGROPECUÁRIA

Culturas Temporárias – São culturas de curta ou média duração, geralmente com ciclo vegetativo (período compreendido entre o plantio e a colheita) inferior a um ano e que depois de colhidas, necessitam de um novo plantio.

Ex.: algodão herbáceo, amendoim, arroz, batata-inglesa, cebola, feijão, fumo, milho e soja.

Culturas Permanentes – São culturas de longo ciclo vegetativo, que permitem colheitas por vários anos sem necessidade de novo plantio. Ex: algodão arbóreo, banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja, pimenta-do-reino, sisal e uva.

Área Colhida – É a parcela da área plantada de cada produto que foi realmente colhida durante o ano-base do levantamento. Para as culturas temporárias de curta e média duração, a área colhida será; no máximo, igual à área plantada quando não houver perda por adversidade climática (chuva, seca, granizo, geada, etc...), patogênica ou econômica. E para as culturas temporárias de longa duração, a área em que foi colhida a produção no ano-base do levantamento. Para as culturas permanentes a área colhida corresponde à área ocupada com pés que produziram no ano-base do levantamento.

Produção Agrícola – Quantidade de cada produto agrícola obtida na área colhida, na data de referência da pesquisa.

Valor da Produção – É o preço médio do produto multiplicado pela quantidade produzida.

Unidade Armazenadora – (Pesquisa de Estoques). Prédio ou instalação construída ou adaptada para a armazenagem de produtos, exclusive os tonéis ou tanques metálicos utilizados para armazenagem de óleos vegetais. A unidade armazenadora classifica-se em: armazém convencional, armazém estrutural, armazém inflável, armazém graneleiro, armazém granelizado e silo (para grãos).

Estabelecimento – Local constituído por uma ou mais unidades armazenadoras, próprias ou não, formando um conjunto sob a mesma gerência, que se dedica à prestação de serviços de armazenagem, ou que tem a guarda de produtos agropecuários e/ou seus derivados vinculada à sua atividade principal (agropecuária, comércio, indústria).

Armazém Convencional – Unidade armazenadora de piso plano, de comportamentos únicos, adequados à guarda e à proteção de mercadorias embaladas em sacos, fardos, caixas, etc. Tal unidade armazenadora pode ser de concreto, alvenaria ou de outros materiais próprios para a construção, desde que apresente boas condições de ventilação, movimentação, drenagem e cobertura.

Armazém Estrutural – (Pesquisa de Estoque). Unidade armazenadora de estrutura auto-sustentável, com fechamento lateral e cobertura de vinil ou polipropileno, que permite armazenagem emergencial, localizado, em geral, nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas.

Armazém Inflável – (Pesquisa de Estoque). Unidade armazenadora de estrutura flexível e inflável, em vinil ou polipropileno, dotada de válvulas e comportas que permitem sua modelagem ou armação através de insuflação de ar circulante, utilizada, em geral, nas zonas de expansão das fronteiras agrícolas.

Armazém Graneleiro – Unidade armazenadora caracterizada por um compartimento de estocagem, de concreto ou alvenaria, onde a massa de grãos é separada por septos divisórios, geralmente em número de dois, apresentando fundo em forma de V ou W, possuindo, ainda, equipamentos automatizados ou semi-automatizados, instalados numa central de recebimento e beneficiamento de produtos.

Armazém Granelizado – Unidade armazenadora de fundo plano, resultante de uma adaptação do armazém convencional, para operar com produtos a granel.

Silo – Unidade Armazenadora de grãos, caracterizada por um ou mais compartimentos estanques denominados células.

Capacidade Útil – (Pesquisa de Estoques). Limite máximo de utilização da unidade armazenadora, expresso em metros cúbicos para armazéns convencionais, estruturais e infláveis, e em toneladas para armazéns graneleiros, granelizados e silos.

Produção da Extração Vegetal e Silvicultura – Informações sobre a quantidade e valor das produções obtidas mediante a exploração de maciços florestais nativos (extrativismo vegetal) ou provenientes da exploração de maciços florestais plantados (silvicultura).

Extração Mineral e Metálica – Consiste na extração de minério de ferro, metais preciosos, metais não ferrosos (bauxita, cobre, cassiterita e manganês), sintetização ou solonização de minerais metálicos, extração de minerais para fabricação de adubos e fertilizantes para elaboração de outros produtos químicos, extração de pedras e outros materiais para construção, como também na extração de sal, de pedras preciosas e semipreciosas, de outros minerais não metálicos, de petróleo, gás natural e combustível mineral de carvão-de-pedra, xisto betuminoso e outros combustíveis, extração de gesso e minerais radioativos (urânio, tório e areia monazítica).

TURISMO

Estabelecimentos de Hospedagem – São estruturas prediais construídas ou implantadas, com a finalidade específica de alojamento, para visitantes ou turistas.

Hotéis Cadastrados – Estabelecimentos onde se reservam ou alugam quartos e apartamentos mobiliados, com refeição ou sem elas; constantes na classificação da EMBRATUR, obedecendo a padrões dando ênfase, à qualidade e quantidade do atendimento e dos serviços e equipamentos ofertados.

FINANÇAS PÚBLICAS

Receita Tributária – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Receita Própria – São Recursos decorrentes da arrecadação e transferências de impostos e contribuições de melhoria.

Transferências Constitucionais – Dispositivo constitucional, o qual determina repasse aos municípios nos percentuais de 25%, 50% e 25%, respectivamente, pertinente a arrecadação sobre o ICMS, IPVA e cota parte do Fundo de Exportação (IPI – Exportação).

Arrecadação Estadual – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Estadual.

Arrecadação Federal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Federal.

Arrecadação Municipal – São Recursos decorrentes da arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria da esfera Municipal.

INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS

Programa de Crédito Produtivo – São Programas voltados para dinamizar os setores produtivos, diversificar e integrar a base produtiva, incentivando a descentralização da localização de empreendimentos e a formação de cadeias produtivas.

PRONAF – Programa Nacional Agricultura Familiar, Recursos do Governo Federal que através de convênios com Estados repassa recursos para pequenos agricultores através das secretarias de Agricultura.

Projetos CONDEL/SUDAM – São projetos de incentivos fiscais na Região Amazônia.

PEP – Programa de Ensino Profissionalizante, que a partir do no 2000 passa a ser PEQ (Programa de Ensino de Qualificação).

FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará é um fundo para financiar Programas e Projetos,

considerados relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Pará, de forma a reduzir as desigualdades Regionais e Sociais, em consonância com as diretrizes do Plano Plurianual, abrangendo o setor público e privado.

INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS

Operação de Crédito – Recursos decorrentes da colocação de títulos públicos ou de nenhum dos demais regimes e tenham escrita fiscal e contábil maior que 200.000 UFIR.



SEPOF

Informações:

DIRETORIA DE ESTATÍSTICA ESTADUAL

Rua Boaventura da Silva 401/403

CEP: 66.053-050

Fone/Fax: 3204-7478/ 3204-7479

E-mail: diepi@sepof.pa.gov.br - gerin@sepof.pa.gov.br

gede@sepof.pa.gov.br - geres@sepof.pa.gov.br

Home page: www.sepof.pa.gov.br